



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

IEAD – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALMIRCIR FRANCISCO TABOSA DA SILVA

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE EVASÃO: UM
ESTUDO DE CASO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA MARIA
GUIOMAR BASTOS CAVALCANTE**

REDENÇÃO

2021

ALMIRCIR FRANCISCO TABOSA DA SILVA

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE EVASÃO: UM
ESTUDO DE CASO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA MARIA
GUIOMAR BASTOS CAVALCANTE**

**Monografia apresentada como requisito obrigatório
para a obtenção do título de Bacharel em
Administração pública, na Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Campos da
Liberdade**

Orientadora: Prof^a. Polyana Karina Mendes Ximenes

RENDENÇÃO

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Almircir Francisco Tabosa da.
S578p

O papel da gestão escolar frente ao processo de evasão: um estudo de caso acerca das políticas públicas na Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante / Almircir Francisco Tabosa da Silva. - Redenção, 2021.
39f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Profa. Polyana Karina Mendes Ximenes.

1. Evasão escolar. 2. Gestor escolar. 3. Políticas públicas.
I. Título

CE/UF/BSP

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa primeiramente a minha esposa e aos meus filhos que sempre me apoiou em tudo e principalmente no que desrespeito aos meus estudos; quero dedicar também aos profissionais da escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante em nome da minha professora Aurileuda que desde o tempo de escola que tem me ajudado no mundo educacional. 1 Samuel 7.12 “Ebenézer: Até aqui nos ajudou o Senhor”.

AGRADECIMENTO

“Tu me dás o teu escudo de livramento; a tua ajuda me fez forte”.Neemias 9.31

Muito obrigado meu Deus por tudo!!

“As verdadeiras conquistas, as únicas de que nunca nos arrependemos, são aquelas que fazemos contra a ignorância.”

Napoleão Bonaparte

RESUMO

O presente artigo apresenta o assunto: O Papel Da Gestão Escolar Frente Ao Processo De Evasão. A evasão escolar acontece por diversos motivos, podendo ser sociais, econômicos, desinteresse por falta dos alunos, falta de motivação dentro de casa, enfim, os motivos são inúmeros. O gestor escolar tem o papel de gerenciar a instituição de ensino, incluindo esse problema social chamado de evasão escolar. Sendo assim, é preciso que o gestor busque entender quais são os motivos que estão levando os alunos à abandonarem o estudo e buscar resolver da melhor forma possível. Este estudo tem como objetivo geral identificar o papel da gestão escolar frente ao processo de evasão e quais as políticas públicas podem ser adotadas na Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante. Como metodologia usou-se o estudo de caso, onde primeiramente é feita uma revisão de literatura, buscando em banco de dados estudos já publicados sobre a temática e em seguida indo a campo para coletar os dados de um determinado local. Com isso concluiu-se que o gestor é uma parte importante no combate à evasão escolar, devendo sempre buscar identificar os fatores que estão fazendo os alunos desistirem de estudar e buscar corrigir o mesmo.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Gestor Escolar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article presents the subject: The Role of School Management in the Evasion Process. School dropout occurs for several reasons, which can be social, economic, lack of interest due to lack of students, lack of motivation at home, in short, the reasons are numerous. The school manager has the role of managing the educational institution, including this social problem called school dropout. Therefore, it is necessary that the manager seeks to understand what are the reasons that are leading students to abandon the study and seek to resolve it in the best possible way. This study aims to identify the role of school management in the face of the evasion process and which public policies can be adopted at the Maria Guiomar Bastos Cavalcante School. As a methodology, the case study was used, where first a literature review is made, searching the database for studies already published on the theme and then going to the field to collect data from a given location. Thus, it was concluded that the manager is an important part in combating school dropout, and should always seek to identify the factors that are making students give up studying and try to correct it.

Keywords: School dropout. School Manager. Publicpolicy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
	CAPÍTULO 2 – Referencial Teórico.....	10
2.1	EVASÃO ESCOLAR	10
2.2	A EVASÃO ESCOLAR COMO UM PROBLEMA EDUCACIONAL	12
	CAPÍTULO 3	16
3.1	POLÍTICAS EDUCATIVAS NO BRASIL - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ESCOLAR	16
3.2	POLÍTICAS EDUCATIVAS E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –PNE	17
3.2.1	Acompanhamento do PNE	19
3.3	POLÍTICAS EDUCATIVAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	20
3.3.1	O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES	20
4	METODOLOGIA	23
4.1	TIPO DE PESQUISA.....	23
4.2	LOCAL DA PESQUISA	24
4.3	UNIVERSO E AMOSTRA	25
4.4	INSTRUMENTO DE PESQUISA	25
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	35

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE EVASÃO: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA MARIA GUIOMAR BASTOS CAVALCANTE

1 INTRODUÇÃO

A Evasão escolar é um problema que sempre existiu dentro das escolas, mas nos últimos tempos tem aumentado, principalmente no ano de 2020, em razão da pandemia da Covid-19, e isso vem preocupando todos que estão envolvidos com o sistema educacional desde o governo, gestores, professores, familiares e a sociedade de formageral.

O Brasil atualmente se encontra em terceiro lugar (na América Latina) na taxa de evasão escolar onde apenas 24,1% dos alunos não concluem o ensino fundamental até aos 16 anos e 48% dos jovens não conseguem a conclusão do ensino médio até aos 19anos (BRASIL, 2017).

Entende-se que o problema da evasão escolar é algo que vem de fora para dentro da escola (muitas vezes por conta da situação familiar do aluno) e que muitas das vezes a escola se torna o principal alvo das críticas por parte de muitos que não tem conhecimento suficiente para enxergar que a evasão escolar quase sempre começa dentro do seio familiar.

Procurar entender a ausência do aluno dentro da sala de aula é uma das formas de ação mais eficazes para combater a evasão escolar por parte de uma gestão. São vários motivos que leva um aluno a não comparecer a sala de aula, como falta de apoio familiar, falta de condições, falta de interesse pelo estudo, entre outros.

A maioria dos alunos abandonam a escola por razões financeiras, onde muitos são obrigados pelos pais a trabalharem desde criança para ajudar no sustento da família, além disso tem-se a gravidez precoce, o desinteresse do aluno em buscar a educação, não cobrança por parte dos pais na frequência dos filhos na escola, e o contato com o mundo das drogas seja ela lícita ou não.

São muito importantes as ações do governo em políticas públicas no combate à evasão escolar, mas o que pode diminuir ou até mesmo resolver essa situação é uma ação conjunta de todos os lados tanto da sociedade, escola como da família para colocarem essas políticas públicas em ação dentro da escola.

Tendo em vista que a evasão escolar é uma realidade existente entre os jovens brasileiros e que tem aumentado a cada dia, busca-se responder a seguinte questão: Qual o

papel da gestão escolar frente ao processo de evasão e quais as políticas públicas podem ser adotadas na Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante no Município de Pacatuba - CE?

Tem-se como objetivo geral identificar o papel da gestão escolar frente ao processo de evasão as políticas públicas que podem ser adotadas na Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante.

Como objetivos específicos: Analisar as ações adotadas pela gestão para incentivar a permanência dos alunos na escola; Diferenciar os papéis dos gestores, dos pais, e da sociedade para trabalhar o problema da evasão dentro da escola Maria Guiomar BastosCavalcante.

Esse estudo se justifica tendo em vista que são vários os prejuízos que acabam surgindo por conta da evasão escolar: Problemas psicológicos, exclusão social, dificuldades na busca por empregos, desigualdade social, conflito familiar, levando em consideração também que a sociedade acaba ficando encharcada de crianças e adolescente sem fazer nada durante o período de aula no meio da rua, isso faz com que esses evadidos sejam recrutados para o “mundo do crime” e muitos acabam perdendo a vida de forma precoce.

O gestor da escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante junto com a sua equipe de funcionário vem usando algumas políticas públicas que existem na escola tais como: O projeto Amigos da leitura, Peteca, horta e outros.

Deste modo, considera necessária a criação de um programa de inclusão social para disponibilizar serviços e benefícios para viabilizar a permanência do educando na instituição e oportunizar melhores condições de rendimento escolar dos alunos.

Devem ser implementadas políticas de acesso e permanência que contemplem ações que são desenvolvidas e previstas, assegurando acesso do estudante com baixo poder aquisitivo, baixo grau de escolaridade e de pessoas com necessidades especiais.

A técnica metodológica utilizada para a elaboração deste estudo foi o estudo de caso, onde será aplicado um questionário com a gestora, zelador, professor, comunidade acadêmica em geral além dos familiares dos alunos evadidos.

Este estudo se inicia com a introdução que tem por objetivo passar uma ideia geral do que será abordado no decorrer do trabalho. Em seguida há o capítulo dois (Referencial Teórico) que trata da parte teórica desta pesquisa, esclarecendo o conceito de evasão escolar e a evasão escolar como um problema educacional. No terceiro capítulo será tratado sobre as políticas educativas no Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE), políticas educativas de assistência estudantil e sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No quarto capítulo será a parte prática do trabalho, onde será abordado a respeito

do estudo de caso, os resultados, a análise dos mesmos e a triangulação dos dados teóricos com os dados práticas (discussão).

Em seguida, como último capítulo teórico teremos a conclusão, onde será respondido se os objetivos foram alcançados ou não e quais as contribuições que esse assunto trouxe e a seguir as referências bibliográficas, uma lista com todas as obras, livros, artigos que compuseram a elaboração deste estudo.

CAPÍTULO 2 – Referencial Teórico

Este tópico tem por objetivo dissertar sobre os assuntos que envolvem a temática desta pesquisa, entre eles: evasão escolar, evasão escolar como um problema educacional, políticas educativas no Brasil e o Plano Nacional de Educação – PNE entre outros.

2.1 EVASÃO ESCOLAR

A Evasão é um desafio para o poder público e as instituições do ensino que são os mantenedores e ou dirigentes, que continuamente buscam alternativas para minimizar o problema, discutindo a evasão sob o aspecto gerencial.

Em relação à educação formal no Brasil sempre esteve presente à questão da evasão escolar (QUEIROZ, 2002). Saliba et al. (2006) e Holanda (2007) afirmam que a evasão causa perda nos investimentos em qualquer esfera administrativa, além de constituir perdas individuais ao evadido.

No texto de Gaioso (2005), percebemos que este também considera dano para a sociedade a questão da evasão escolar, devido às questões financeiras, explicando que investimentos são desperdiçados porque as vagas são preenchidas por alunos que não concluem os cursos e, portanto, acabam ficando ociosas.

Autores como Nítolo (2008), defendem que o abandono não é apenas um problema dos níveis de Ensino Fundamental e Médio, mas também do Ensino Superior. São muitos os casos de evasão escolar em várias áreas de formação.

Durante muito tempo, profissões universitárias foram tidas como formadoras de elites e classes médias que se destacavam financeira e socialmente (WANDERLEY, 1998) e, por esta razão, era de se esperar que a população que tem acesso a esse nível de ensino não abandonasse seus cursos, já que a maior parte da população brasileira almeja ter acesso à educação superior (HOLANDA, 2007).

Segundo Veloso e Almeida (2002), os estudos sobre evasão devem ser mais aprofundados, visando a compreender os fatores que a ocasionam, suas consequências e possíveis soluções.

Para a Comissão Especial para Estudos (BRASIL, 1996b) e Cunha (2001) das universidades públicas brasileiras, esses estudos precisam trazer não apenas informações

quantitativas sobre o assunto, mas também informações qualitativas para que possam auxiliar na compreensão dos respondentes da realidade, buscando uma compreensão desta realidade. Essa perda será afetada pela comunidade, pois não teremos uma sociedade eficiente e capaz.

A evasão escolar faz parte da realidade educacional, atingindo todo o Brasil pelos mais diversos motivos, ocupando assim, relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro.

Os problemas na educação pública brasileira são evidenciados quando voltados para o trabalho do corpo docente, onde são poucos os profissionais que conseguem uma formação e aperfeiçoamento adequados para o exercício de sua profissão. Esse fator incide diretamente na evasão escolar.

Segundo levantamento sobre os motivos de evasão realizado pela Fundação Getúlio Vargas (apud TORRES, 2010), mostra a necessidade de trabalho e é considerada a segunda causa de 27% do absenteísmo escolar e das dificuldades de ingresso na escola com um índice é de 10,9%.

Neste exposto, entende-se que as causas para evasão escolar são variadas, incluindo desde problemas socioeconômicos, culturais, geográficos até questões didáticas e ou pedagógicas.

A evasão escolar e seu alto índice apontam futuros problemas, visto que com baixa escolaridade, não será capaz de atender ao mercado de trabalho instaurado, trazendo consigo a mão de obra qualificada para o mercado, baixos salários e falta de qualquer perspectiva de mudança social.

Tornando a falar sobre as principais causas apontadas para a evasão escolar, de acordo com Azevedo (2010) alguns professores afirmam que tais causas não estão voltadas apenas para problemas de ordem política, econômica e social, fatores didáticos e pedagógicos são responsáveis por desestimular os alunos, sendo o desinteresse dos mesmos, um dos principais fatores para a evasão escolar.

Tendo em vista que o grande objetivo da escola não é somente a transmissão de conhecimentos, mas sim, formar cidadãos preparados para viver em um mundo cada vez mais dinâmico, com diferentes valores e culturas, os desafios da escola estão voltados justamente para este fator, buscar o melhor caminho para atingir esse objetivo.

Para tanto, a escola deve estar preparada para vivenciar situações inusitadas decorrentes do fato de se está lidando com relações: humanas, culturais, de poder, respeito, ética, de direitos e deveres.

Desta forma, a escola deve proporcionar uma formação tanto singular quanto social, onde a formação singular consiste em condições de viver bem, realizando seu bem estar pessoal e usufruindo dos bens sociais e culturais postos a seu alcance.

E a formação social incide na formação do cidadão e sua contribuição para a sociedade, proporcionando a construção de uma ordem social mais adequada em relação à sociedade em geral.

A escola deve ser consciente da necessidade de investir em profissionais capacitados para proporcionar aos alunos saberes diferenciados, com o intuito de formar cidadãos, passando pela vida de seus alunos, fazendo a diferença.

Acredita-se que a infraestrutura educacional também é um dos componentes fundamentais no resultado da qualidade da educação como um todo, pois se essa questão básica não for preenchida, além de acarretar aos profissionais da educação certo desconforto para realização do seu trabalho, os mantém de “mãos atadas” para o efetivo exercício do ensino e da educação.

2.2 A EVASÃO ESCOLAR COMO UM PROBLEMA EDUCACIONAL

A evasão escolar integra o quadro dos temas mais estudados no âmbito da educação brasileira, visto que o país apresenta um alto índice de alunos que não chegam a concluir a educação básica de ensino, assumindo, assim, suma relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2010) acerca dos motivos da evasão escolar demonstrou que 40% dos jovens de 15 a 17anos não dão continuidade ao ensino por julgá-lo desinteressante.

Outra causa de evasão escolar apontada foi a necessidade de trabalhar, considerada a segunda causa responsável por 27 % de afastamento dos postos escolares e a dificuldade de acesso escolar com índice de 10,9%. Assim, acredita-se que a falta de motivação dos alunos esteja no centro da evasão escolar.

A evasão escolar e seu alto índice apontam futuros problemas, visto que com baixa escolaridade, não será capaz de atender ao mercado de trabalho instaurado, trazendo consigo a mão de obra qualificada para o mercado, baixos salários e falta de qualquer perspectiva de mudança social.

Tornando a falar sobre as principais causas apontadas para a evasão escolar, de acordo com Azevedo (2010) alguns professores afirmam que tais causas não estão voltadas

apenas para problemas de ordem política, econômica e social, fatores didáticos e pedagógicos são responsáveis por desestimular os alunos, sendo o desinteresse dos mesmos, um dos principais fatores para a evasão escolar.

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, espaço de grande relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997, p. 2) é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, os dados revelam uma realidade bastante preocupante e que atinge desde o nível micro (a escola) até o nível macro (o Estado e o país). O estudo desenvolvido por MEKSENAS (1998, p. 98) sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos aponta por sua vez que a evasão escolar destes alunos se dá em virtude de estes serem:

obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, e assim exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário.

Em oposição aos defensores dos fatores externos como determinantes do fracasso escolar das crianças, autores como BOURDIEU, CUNHA, FUKUI e outros, apontam a escola como responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos das escolas públicas, tomando como base explicações que variam desde o seu caráter reprodutor até o papel e a prática pedagógica do professor.

Diferentemente dos autores que apontam a criança e a família como responsáveis pelo fracasso escolar, FUKUI (in BRANDÃO et al, 1983) ressalta a responsabilidade da escola afirmando que:

o fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade.

Até mesmo porque para CHARLOT (2000), não existe o fracasso escolar, ou seja, não existe o objeto fracasso escolar, mas sim, alunos em situações de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam que não constroem certos conhecimentos ou competências.

Esses alunos para Charlot (2000), naufragam e reagem com condutas de retração, desordem e agressão, enfim histórias escolares não bem sucedidas, e são essas situações e essas histórias denominadas pelos educadores e pela mídia de fracasso escolar é que devem ser estudadas, analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado “fracasso escolar”.

Evasão, segundo Riffel e Malacarne (2010), é o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. A diferença entre evasão e abandono escolar foi utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998).

Os autores Togni e Soares (2007), referindo-se aos alunos com distorção idade-série matriculados na Educação de Jovens e Adultos/EJA, na tentativa de conclusão do ensino básico, ressaltam que eles buscam, na escola, igualdade de oportunidade e formas de não exclusão social.

Segundo o pensamento de Dore e Lüscher (2001, p. 775), várias situações corroboram para a retenção e repetência do aluno na escola: a saída do aluno da instituição e do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de escolaridade, o abandono da escola e o posterior retorno.

Segundo Viadero (2001) e Finn (1989), a evasão pode ser ainda representada por aqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível. Lopes (2010) ressalta que, para a amenização de alguns problemas referentes à evasão, é necessária uma ação firme dos poderes públicos, principalmente em relação aos gestores escolares, que precisam assegurar um bom ensino e aprendizagem.

Silva Filho e Lobo (2012) argumentam que para medirmos a evasão seria necessário acompanhar o histórico escolar de cada aluno, pois assim poderíamos identificar quando ele abandonou ou se transferiu de curso. Para calcular os índices de evasão sem recorrer a históricos escolares individuais, os autores definem duas fórmulas.

O cálculo é realizado, conforme Silva Filho e Lobo (2007, p.2),

[...] tomando a razão entre o número de alunos veteranos, isto é, que estavam matriculados no ano anterior e não se formaram (dado pela diferença entre as matrículas totais menos os concluintes do ano anterior) e o número de veteranos que

se rematricularam (dado pela diferença entre as matrículas totais menos os ingressantes do ano em questão).

Para Lobo (2011), não importa qual o método adotado, para se saber a evolução do índice de evasão no ensino seja ele fundamental, médio ou superior, o importante é definir tendência e políticas sobre o tema.

O problema é que em países subdesenvolvidos como o Brasil, onde o nível de desigualdade e pobreza é alto, o desempenho educacional tende a estar fortemente associado à condição socioeconômica da família de origem.

Na medida em que a escolaridade dos pais é um fator predominante na determinação do nível de escolaridade dos filhos, crianças cujos pais tenham baixa escolaridade possuem grandes chances de tornar-se adultos com pouca escolaridade.

A questão da evasão escolar (ou da não-permanência na escola) consiste em um problema educacional que atinge instituições públicas e privadas, tanto de Ensino Fundamental, Médio ou Superior, quanto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de Educação Profissional, com consequências acadêmicas, sociais e econômicas.

CAPÍTULO 3

3.1 POLÍTICAS EDUCATIVAS NO BRASIL - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ESCOLAR

Adentrando na matéria do sucesso escolar (como significado de estudante certificado pela escola), Formosinho (1998) coloca que, no contexto da igualdade, o quesito formal corresponde em proporcionar aos jovens e crianças condições iguais para obter o sucesso no início do percurso escolar, cabendo ao mérito de cada aluno os resultados obtidos durante essa trajetória.

No entanto, Formosinho (1998) aponta que, já nos quesitos de igualdade real e de uso, estudos na área da sociologia averiguaram que não eram assegurados resultados iguais de sucesso escolar para os diversos grupos sociais, já que os grupos menos favorecidos obtinham resultados escolares inferiores aos outros grupos sociais.

Concluindo-se assim que a diferença de igualdade nos resultados do sucesso escolar dependia de características individuais de mérito, mas também dos aspectos sociais (FORMOSINHO, 1998).

Essas características sociais, para o autor, traduzem-se nas pessoas que chegam à escola em situações intelectuais diferentes: culturas e ambientes divergentes; níveis socioeconômicos diferentes; locais de moradias discrepantes; acesso ou não à televisão, jornal ou outros meios de comunicação; entre outras.

Ou seja, apesar dos indivíduos possuírem a oportunidade e condições de acesso igualitárias, os diferentes grupos sociais farão o percurso escolar de forma desigual, devido à motivos anteriores à inserção na escola.

Alguns alunos vão possuir material para estudo e outros não, uns terão apoio dos pais para o estudo, outros terão pais que não os incentivarão a ir à escola, além de outros fatores que indicam que as circunstâncias extraescolares interferem com bem mais veemência no sucesso desses alunos.

Seabra (2009) afirma que a articulação entre homogeneizar e diferenciar os sistemas de educação têm sido uma constante durante o último meio século, devido às reivindicações advindas das atuais sociedades.

Aponta também que, a escola não tem o poder total de modificar a sociedade, mas é um meio que contribui para o aumento de perspectivas concretas capazes de atingir mudanças sociais.

No Brasil, conforme Martins (2012), com o desenvolvimento da democratização da educação, nas últimas décadas, o perfil de aluno das escolas também mudou, vindos neste momento em maior quantidade de classes sociais mais empobrecidas, trazendo consigo necessidades reais de alimentação, habitação, saúde, transporte, etc.

Nesse contexto, as políticas educativas, em especial as de assistência estudantil, assumem uma importância ímpar enquanto ações afirmativas capazes de contribuir para reduzir as desigualdades educacionais e sociais, viabilizando deste modo, a igualdade de oportunidades, através da criação de estratégias voltadas à melhoria do desempenho educacional e à garantia de permanência, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Com isso, novas políticas educativas direcionaram para a compensação dessas desigualdades dos menos favorecidos no acesso escolar, considerando as dificuldades de cada um para o alcance do sucesso escolar. Saindo de um passado focado na ampliação do acesso, no quantitativo, para um real progresso com qualidade do sistema educacional.

3.2 POLÍTICAS EDUCATIVAS E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

O direito social à educação para os indivíduos, sendo também dever do Estado a partir de 1988 (incluído no texto da Constituição Brasileira), pode ser traduzido, de acordo com Araújo (2011, p. 287), “basicamente em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos”.

Vislumbrando o alcance dessas traduções, as políticas públicas educacionais agem através de práticas no contexto escolar, envolvendo o Estado e a sociedade, construindo meios de inserção, de melhoria da qualidade, amenizando as diferenças sociais, culturais e econômicas da sociedade.

Tais práticas envolvem assuntos como: formação docente, gestão escolar, base curricular, assistência estudantil, entre outros.

Atualmente, a política pública educacional maior no Brasil que estabelece as diretrizes, metas, estratégias e demais orientações de acompanhamento e avaliação contínuas da união e seus entes federados, é o Plano Nacional de Educação – PNE.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de 1996, também determinou a elaboração do PNE pela União, em colaboração com os demais entes federados, através do inciso I de seu artigo 9º. O PNE efetivou-se como a política educativa de maior importância

para a educação brasileira decorrente da LDB.

O PNE que está em vigor (2014-2024) foi discutido e tramitado durante aproximadamente 4 anos e finalmente aprovado e publicado através da lei 13.005 em 25 de junho de 2014. Tem duração até 25 de junho de 2024, quando deverá ser substituído por novo plano, vigente por mais 10 anos.

No plano estabelecem-se as responsabilidades para o progresso da educação entre os entes federados e variadas instituições brasileiras, tornando-se referência para o direcionamento dos planos estaduais e municipais e consequentemente de suas ações de governo (BRASIL, 2014).

A Lei 13.005/2014, é apresentada em 14 artigos, sendo destacadas dez diretrizes, vinte metas e 254 estratégias, respectivamente as orientações, os objetivos quantificados e as ações a serem trilhadas.

Conforme as diretrizes do plano, pode-se depreender que ele foi desenvolvido para reagir à conjuntura de insatisfação, promovendo a modificação da realidade brasileira, impulsionando novas ideias, atitudes e valores.

A partir das diretrizes apresentadas no PNE, vinte metas almejadas destacam garantias em algumas dimensões da educação brasileira, como, por exemplo: educação com qualidade, acesso, universalização do ensino obrigatório, ampliação de oportunidades educacionais, redução de desigualdades, valorização da diversidade e valorização dos profissionais de educação.

Sabemos que são necessárias as atuações de forma harmônica entre a união, os estados e os municípios, nos diversos níveis e modalidades de ensino, para que as desigualdades entre as regiões não sejam aprofundadas, afinal o alcance de uma meta, reforça a efetivação das demais.

Para Duarte e Mendes (2018) o PNE anterior (2001-2010), foi muito criticado, pois “no período de sua vigência, este não conseguiu alcançar as metas propostas e também não representou as reais necessidades e reivindicações da sociedade civil”.

Assim, o atual plano foi fruto de muitas discussões em diversos setores populares da sociedade, de forma democrática. Prazos e percentuais foram estabelecidos, métodos e órgãos definidos para o acompanhamento constante da execução e investimentos fixados.

Deste modo, o PNE é visto com proposições audaciosas, porém que são fundamentais, diante do cenário social, político e econômico do país (DUARTE; MENDES, 2018).

3.2.1 Acompanhamento do PNE

Na lei 13.005/2004, que efetivou o Plano Nacional de Educação (PNE), é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o acompanhamento da evolução da consecução de suas metas a cada dois anos, através de publicação de relatórios de monitoramento.

Em seu segundo e mais recente relatório, publicado em junho de 2018, o INEP aperfeiçoou sua metodologia de estudo, assim como seus indicadores, comparando ao primeiro relatório, através de ampla discussão em diversos meios da sociedade.

Houveram contribuições de integrantes do Ministério da Educação, da Comissão de Educação da Câmara de Deputados, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, do Conselho Nacional de Educação, do Fórum Nacional de Educação, assim como de representantes qualificados da área educacional de instituições governamentais e não governamentais.

A partir dessas informações foram realizados estudos respectivos à cada uma das 20 metas, detalhando as análises sobre seus avanços e evidenciando as desigualdades ainda presentes, possibilitando assim uma melhor avaliação dos obstáculos ainda existentes para o alcance dessas metas.

A Meta 3 do Plano Nacional de Educação almejava difundir plenamente, para os indivíduos de 15 a 17 anos, o atendimento escolar, com prazo para alcance o ano de 2016 (INEPE, 2018).

Almeja também, até o fim da vigência do plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio de 85%. Como importantes conclusões, o relatório do INEP (2018) aponta para a meta 3 atendimento escolar, universalização do atendimento dos adolescentes de 15 a 17 anos afim de diminuir o números de jovens evadindo a escola.

A meta 8 do plano objetiva reduzir as desigualdades e ampliar a escolaridade dos jovens entre dezoito a vinte e nove anos até o fim da vigência do PNE.

A Meta 20 do PNE institui o crescimento do investimento público em educação pública. Em 2019, almejava-se chegar em 7% do Produto Interno Bruto (PIB), e até o fim da vigência do PNE chegar a 10% do PIB.

A partir dessas conclusões, acreditamos que a publicação frequente desse relatório de monitoramento do INEP é de suma importância, pois através dele objetiva-se que as instituições envolvidas responsáveis pelo alcance das metas, tenham disponíveis avaliações

reais e atuais do cenário da educação.

Com essas análises, as políticas educativas podem ser adequadas e otimizadas, intensificando a melhoria de oportunidades e a superação das desigualdades com foco na qualidade educacional brasileira.

3.3 POLÍTICAS EDUCATIVAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Prosseguindo paralelamente, facilitando a efetivação do objetivo de melhorar a qualidade da educação, ações como políticas educacionais na área da assistência estudantil, reforçam a necessidade do envolvimento de múltiplos setores da sociedade para o sucesso do plano educacional maior.

A partir dessa determinação, promove-se a ampliação da inclusão desses estudantes desfavorecidos socioeconomicamente nos institutos federais de educação, que necessitam de um maior apoio assistencial.

Para isso, programas de assistência estudantil devem ser reforçados e consolidados, contribuindo para a melhoria do desempenho escolar e diminuindo a retenção e evasão, possibilitando consequentemente um futuro para esses alunos com melhor qualidade de vida, assim como o crescimento econômico e cultural da realidade do Brasil em relação aos países que estão um passo à frente.

3.3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

Nesse contexto para plena efetivação do direito à educação, as políticas educacionais na área de assistência estudantil vêm sendo discutidas amplamente pela sociedade e pelos governos, em todas as esferas.

Apesar do cenário político e econômico do país estar há alguns anos passando por instabilidades, com recorrentes cortes de investimentos na área da educação, o Estado tem o dever de implementar políticas que amenizem as desigualdades e facilitem o alcance desse direito.

Após anos de discussão em encontros e reuniões nacionais, conforme Kowalski (2012), é criado em 1987 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, composto por responsáveis dessa área nas gestões das instituições federais de educação, no intuito de debater e procurar soluções para a facilitação da permanência dos estudantes de baixa renda nessas instituições.

Após as garantias encaminhadas, no âmbito da educação, pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, e pelo plano nacional de educação, a partir de 2001, o FONAPRACE prosseguiu aprimorando seus posicionamentos, através da participação em inúmeros encontros, reuniões, grupos de trabalho, entre outros eventos de assistência estudantil regionais e nacionais.

Após essas amplas discussões sobre a relevância da assistência aos estudantes desfavorecidos social e economicamente, durante o seu percurso acadêmico, o FONAPRACE produziu, de acordo com Kowalski (2012), um documento no final de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES através da portaria normativa nº 39 do Ministério da Educação – MEC. Foi consolidado posteriormente através do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (KOWALSKI, 2012).

O PNAES foi instituído como uma política, para o domínio do MEC, que tem primordialmente o fim de proporcionar que os jovens permaneçam na escola, proporcionando recursos essenciais à superação das barreiras para seus bons desempenhos acadêmicos.

Além disso, para embasar o desenvolvimento do texto do programa, foram realizadas pesquisas para averiguar as reais necessidades socioeconômicas desses estudantes. (KOWALSKI, 2012).

Alguns fatores que se sobressaíram nos estudos como preservadores da igualdade de condições na escola, conforme Kowalski (2012), foram a permanência, o desempenho acadêmico, a cultura, lazer e esporte e os assuntos de juventude. Ainda foi averiguado que 48,2% deles estavam em situação de carência econômica, social e cultural.

O PNAES, em seu artigo 2º, apresenta como metas:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Decreto nº 7.234, 2010).

O referido programa é destinado aos estudantes com matrículas regulares nas instituições federais de ensino superior ou nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Sendo assim, as políticas educacionais de assistência estudantil permeiam em várias áreas, integrando ações que promovam tanto o acesso às ferramentas pedagógicas

necessárias para as formações profissionais diversas, o acompanhamento efetivo às necessidades educacionais especiais, as condições ideais de saúde, quanto os auxílios essenciais para a continuidade do aluno na escola: como, por exemplo, alimentação, transporte, recursos financeiros emoradia.

Através do ofício circular nº 42, de 03 de maio de 2011, emitido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, vinculada ao MEC, o Secretário Eliezer Pacheco trouxe orientações acerca da implementação do PNAES nos Institutos Federais, apontando em seu item 2 que:

as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos [...] (Ofício Circular 42, 2011).

Também foi informado que os recursos para custeio dessas ações seriam ampliados e alocados aos orçamentos das instituições, tendo esta forma como base, o número de alunos matriculados.

Ainda conforme o ofício circular, recomendou-se que os dirigentes dos Institutos Federais elaborassem regulamentação específica para a assistência estudantil, aprovando-as pelos Conselhos Superiores, abrangendo discussões nos setores da assistência social, pedagogia e psicologia, no intuito de definir critérios claros para o acesso preferencial dos estudantes de origem popular.

O PNAES, ainda sendo um programa a nível nacional, atribui autonomia às instituições na aplicação dos recursos, ficando assim a destinação melhor adequada às demandas específicas de cada região, contribuindo para melhor eficácia do alcance do objetivo do programa.

4METODOLOGIA

4.1TIPO DE PESQUISA

A pesquisa realizada para desenvolvimento deste trabalho se respaldou pela utilização de pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, para que no final da pesquisa se consiga analisar o as ações a serem tomadas pela gestão da Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante na cidade de Pacatuba-CE para a redução do índice de Evasão Escolar.

A pesquisa foi escolhida por se tratar de um contexto da vida real. A pesquisa buscou questões relacionadas do porque a Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante possui um alto índice de evasão escolar e como esse índice pode ser reduzido e quais ações tem sido realizadas.

Para Richardson (1989, p. 38) “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema”. Entretanto, Lakatos e Marconi (1991) define a pesquisa qualitativa como sendo um método de investigações empíricas, cuja principal finalidade, é o delineamento ou análise das características de fatos, avaliação de programa. Várias técnicas são utilizadas para este fim como entrevistas, questionários, formulários, etc.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de apresentar ao leitor um apontamento para explicar o estudo de caso.No estudo de caso, o conhecimento gerado é mais concreto e contextualizado, pois se privilegia a profundidade da análise, em detrimento da sua abrangência.

Segundo Vergara (2005) o estudo de caso é um tipo de pesquisa que busca profundidade e detalhamento. O estudo de caso tem como característica principal de acordo com Gil (2008) o profundo e exaustivo estudo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Na concepção de Triviños (1987, p.113) o estudo de caso é “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”.

A pesquisa teve um paradigma qualitativo, que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), possui cinco características: A fonte dos dados está no ambiente natural e o investigador é o principal instrumento.

É uma investigação descritiva; aborda-se com mais ênfase o processo (meio) do que apenas o resultado (BOGDAN; BIKLEN, 1994). A análise dos dados se dá de maneira

indutiva; e o modo como é interpretada a investigação e o seu significado têm grande relevância (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

4.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública, Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante, localizada em Pacatuba-CE.

4.2.1 História e características do local de pesquisa

Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante

Localizada No Bairro Velho Timbó Pacatuba-Ce

Rua Topázio Número 560

Fundação: Março De 1991

A Escola Maria Guiomar quando foi fundada ela era localizada na Ce-060 No Bairro Velho Timbó, mas por conta dos acidentes com os alunos ela foi transferida para Topázio Com A Rua Perpétuo Socorro 560

Faixa Etária Dos Alunos: De 04 A 14 Anos

Quantidade De Alunos: 760

Funcionários: 70

Infraestrutura: Alimentação Para Todos Os Alunos, Água Filtrada, Água Da Rede Pública, Energia Da Rede Pública, Esgoto Da Rede Pública, Lixo Destinado A Coleta Periódica, Acesso A Internet,

Instalações: 16 Salas De Aulas, Uma Sala Da Diretoria, Uma Biblioteca, Sala De Informática, Uma Cozinha, Uma Biblioteca, Banheiro Adequado Para Cada Faixa Etária E Condições Especiais, Almoxarifado, Um Dispensa,

Equipamentos: Tv, Dvd, Computador, Copiadora, Impressora, Retro Projetor

Turmas De Atividades Complementares; Aulas Manhã E Tarde, 5 Turmas Com Média De 24 Alunos, Futsal, Matemática, Iniciação Musical, Xadrez, Português,

AEE – Atendimento Educacional Especializado: Turmas Manhã E Tarde Com Média De 15 Alunos Por Turmas

Educação Infantil Pré-Escola: Aulas Manhã E Tarde 4 Turmas Média De 24 Alunos Cada.

Ensino Fundamental De 9 Anos Do Primeiro Ao Nono Ano Aulas Manhã E Tarde: 3 Turmas Com Média De 22 Alunos Por Turmas, Aula De Inglês, Aulas De Artes (Educação Artística, Dança, Música, Artes Plásticas E Etc), Filosofia E Educação Física.

4.3 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa foi composto por um gestor da escola em estudo, coordenador, professor e o zelador.

4.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa utilizou a técnica de inquérito por questionário. Análise documental, para Ludke e André (1986), consiste em buscar informações em documentos a partir de questões de interesse.

Para a coleta de dados foi realizado questionário com o gestor da escola, coordenador, professor e o zelador, elaborado e aplicado no *google forms*, uma ferramenta *online* que pode ser acessada na *web*, através de computador ou celular, que facilita a criação de questionários e posterior análise dos resultados.

A coleta dos dados ocorreu durante os meses de setembro e outubro de 2021, através do envio de e-mails ao gestor da escola em estudo, com o *link* do questionário e o termo de consentimento livre e esclarecido onde foram apresentados o objetivo e a importância do estudo.

A partir das informações coletadas, o tratamento dos dados foi efetivado onde as respostas dos questionários foram analisadas, compiladas, descritas e interpretadas. Para Morgado (2018) a análise de conteúdo se dá a partir de deduções e conclusões sobre a matéria documental analisada.

Afirma ainda que o aspecto particular desse método de tratamento está no fato da correlação entre a dimensão da fonte analisada e os motivos que indicaram suas peculiaridades, inferidos logicamente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O pesquisador elaborou um questionário com dez questões para ser aplicado às funcionárias da Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante, tendo como objetivo principal tratar sobre a temática da evasão escolar na escola estudada.

As entrevistas são a zeladora, coordenadora, professora e gestora, como a pesquisa foi anônima, a identidade das mesmas serão reveladas, sendo identificadas neste capítulo por: Zeladora A, Coordenadora A, Professora A e Gestora A.

A primeira pergunta se referia apenas ao sexo do entrevistado, onde a resposta foi unânime, revelando serem todas do sexo feminino.

A segunda pergunta foi a seguinte: 2. Você acha que a temática evasão escolar pode ser inserida em sala de aula colaborando para as relações sociais do aluno?”.

De acordo com as respostas:

Sim. Com certeza isso melhora e muito a vida dos alunos na sociedade (Entrevista concedida porZeladora A, 2021).

Segundo a Coordenadora A:

Sim. Quando se fala em temática evasão escolar dentro da sala de aula gera muitas discursões no contexto das relações sociais gerando uma vontade maior de aprender da s turmas (Entrevista concedida porCoordenadora A, 2021).

Seguindo com a mesma pergunta, a Professora A teve a seguinte opinião:

Sim. Essa temática quando é abordada dentro da sala de aula assim como em qualquer outro lugar no ambiente escolar gera várias opções para que as relações não só sociais como também familiares possam ser debatidas (Entrevista concedida porProfessora A, 2021).

Para finalizar essa resposta, tem-se a resposta da Gestora A:

Sim, a temática evasão escolar, quando colocada em sala de aula, abre espaços para que as relações sociais sejam discutidas, gerando empatia na turma (Entrevista concedida porGestora A, 2021).

A terceira pergunta foi a seguinte: “3. Nesta escola, a temática evasão escolar já foi abordada em sala de aula?”

As respostas foram as seguintes:

Sim. Nem conto quantas vezes foi, geralmente é quando tem brigas entre eles e outros assuntos de famílias (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

Sim. Em algumas situações de indisciplina entre os próprios alunos por isso os pais não queriam deixar os seus filhos frequentarem as aulas com medo (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

Sim. E por vários motivos onde muitas das vezes os alunos querem deixar de frequentar a escola por discussões entre eles e conflito dentro da própria família (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

Foi, em um contexto de indisciplina, onde pais queriam deixar os filhos sem estudar com medo de represálias por parte de colegas (Entrevista concedida por Gestora A, 2021)..

Seguindo com o questionário, a próxima pergunta a ser aplicada é uma continuação da pergunta anterior, sendo ela “4. Se sim, quais recursos utilizou?”.

Segundo a Zeladora A:

Agente chama para conversar e tentar resolver logo na hora, se não der certo chama os pais (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

De acordo com a Coordenadora A:

Diante de situações como essa procuramos resolver através do diálogo onde geralmente usamos as rodas de conversas com todos os envolvidos (alunos, pais, professores e gestores) (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

Assim, a Professora A respondeu que:

Utilizamos vários meios para abordar esse assunto um deles é a roda de conversa onde envolvemos os pais, professores, gestores e os próprios alunos (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

E para finalizar a questão, a Gestora A respondeu que:

Foram utilizadas leituras coletivas acerca do assunto e roda de conversa, envolvendo pais, professores e alunos (Entrevista concedida por Gestora A, 2021).

Assim, de acordo com o questionário aplicado a quinta pergunta foi: “Qual o impacto desta abordagem em sala de aula em relação aos alunos?”.

Essas foram as respostas:

Geralmente é positiva pois todos conseguem ver que estar estudando sempre vai ser bom para eles (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

Quase todas as vezes são positivos onde no final todos os envolvidos passam a compreender que o melhor é continuar dentro da sala de aula e viver em harmonia no ambiente escolar (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

De forma bastante positiva onde todos puderam compreender o verdadeiro sentido da temática evasão escolar e que não tem outra opção melhor do que continuar na escola (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

O impacto foi positivo, pois os principais envolvidos, compreenderam, que o melhor para todos era continuar na escola e tentarem harmonizar o ambiente (Entrevista concedida por Gestora A, 2021).

A sexta pergunta feita para as funcionárias da escola foi a seguinte: “Quais as principais mudanças que devem ser realizadas para evitar a evasão escolar entre os jovens?”.

A Zeladora A respondeu:

Mostrar para eles que eles são muito importantes para a escola e para a família também e que eles são o futuro dessa nação (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

A Coordenadora A também deu sua opinião:

Sempre procuramos fazer com que o aluno entenda que ele é de fundamental importância no contexto educacional e que o estudo é a saída para um futuro melhor (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

Assim sendo, a Professora A expos seu ponto de vista:

Tentar mostrar para o aluno que ele sempre vai ser a peça principal dentro do sistema educacional e que os estudos serão fundamentais para a vida dele (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

E por fim, tem-se a resposta da Gestora A:

A mudança fundamental é mostrar para os alunos que eles são parte importante da escola e que esta é fundamental na vida deles (Entrevista concedida por Gestora A, 2021).

Assim, seguindo com o questionário, a sétima pergunta pede para as entrevistadas relatarem se tem conhecimento sobre algum aluno evadido da escola e não voltou mais, a resposta negativa foi unânime, porém cada uma fez seus relatos, conforme mostrado abaixo:

Zeladora A:

Não. Até por que quando algum aluno passa alguns dias sem vir para a escola agente vai logo na casa dele para saber porque não tá indo para a escola até porque

agente conhece todo mundo aqui no bairro e agente sabe onde cada um mora (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

Coordenadora A:

Não. Pois sempre que percebemos uma situação como essa nos aproximamos da família para tentar sanar a situação (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

Professora A:

Que eu lembre não pois quando percebemos que existe o risco de um aluno se evadir sempre buscamos meios para que isso não venha acontecer (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

Gestora A:

Não, pois sempre que a escola percebeu risco de evasão, se aproximou da família e evitou o ato (Entrevista concedida por Gestora A, 2021).

De acordo com a oitava pergunta enunciada da seguinte forma: “Descreva de forma resumida como é a abordagem sobre a evasão escola na escola.” As entrevistadas fizeram seus relatos:

No meu caso quando eu vejo algum aluno querendo desistir da escola eu conto longo para a diretora, ela toma logo as providências para resolver o assunto (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

Sempre procuramos antecipar aos problemas, quando surge uma situação assim todos da escola professores, gestores, auxiliares e até mesmo alguns alunos trabalham com o mesmo interesse, nessa luta tentamos para os alunos o tamanho do prejuízo quando se perde um ano letivo, se essa primeira abordagem não for suficiente convocamos os pais para uma reunião (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

Quando percebemos o risco fazemos a abordagem a partir de qualquer profissional responsável da escola seja ele professor, coordenados, gestor e até mesmo o zelador pode abordar o tema dentro da sala de aula, dando início a identificação da turma pela idade, todos os envolvidos trabalham com o mesmo interesse fazendo com que os alunos vejam o quanto serão prejudicados ao perder alguns anos letivos, se agente não tiver êxito nessa abordagem convocamos os pais para fazer parte dessa luta (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

Geralmente abordamos o assunto, quando percebemos algum risco, daí um professor ou alguém do Núcleo Gestor, faz falas em sala de aula, iniciando pela identificação da turma em virtude da faixa etária, todos tem os mesmos interesses, inclusive o de conquistar uma vida melhor no futuro, abrindo assim para que os alunos se manifestem e percebam o tamanho do prejuízo de quando se perde um ou mais anos letivos, quando essa abordagem não é suficiente, chamamos os pais para participarem de rodas de conversa (Entrevista concedida por Gestora A, 2021).

A penúltima pergunta consiste em saber se as entrevistadas tiveram alguma dificuldade em inserir esse tema nos currículos, conforme demonstrado através das seguintes respostas:

Zeladora A:

Não. Até porque eu como zeladora da escola há 19 anos eles têm muita confiança em mim e me contam tudo que se passa na escola e quando eles falam em desistir eu converso com eles e muitos acabam desistindo da ideia sem ser preciso tomar outras atitudes (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

Coordenadora A:

Não. Porque na nossa vida diária dentro da escola devemos sempre manter o diálogo para que eles percebam o quanto nos preocupamos com eles (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

Professora A:

Não. Até porque eu como professora procuro sempre falar a verdade do que é bom ou ruim para os meus alunos (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

Gestora A:

Não, pois ao longo de minha gestão, sempre procurei ter um diálogo aberto com o corpo discente (Entrevista concedida por Gestora A, 2021).

Na última questão enunciada de “Você acha que a conscientização quanto a evasão escolar, são eficazes no combate?” as entrevistadas responderam da seguinte forma:

Pra mim quando agente conversa com o aluno ele entende, pode até nem entender na hora, mais depois ele diz assim: “É a tia Socorro tá é certa” na força não se resolve nada (Entrevista concedida por Zeladora A, 2021).

Não tem outra maneira se não a conscientização para combater a evasão escolar (Entrevista concedida por Coordenadora A, 2021).

Para mim é a melhor forma para um combate direto na evasão escolar, acho que o uso da força faz é piorar a situação (Entrevista concedida por Professora A, 2021).

Creio que não há forma mais eficaz no combate à evasão, a imposição, a força não tem jamais o mesmo poder (Entrevista concedida por Gestora A, 2021).

De acordo com o IBGE, os dados estatísticos de evasão escolar brasileira demonstram que desde o ano de 2016, o percentual de abandono escolar vem caindo, o que é uma vitória, diante de tantos obstáculos enfrentados pela educação no Brasil.

A partir desses dados podemos sugerir que se torna de suma importância a ampla abordagem com os alunos para a divulgação das políticas educativas de assistência estudantil principalmente na entrada do estudante na escola.

No intuito de verificar o rendimento escolar dos alunos, foi indagado ao gestor da escola em estudo, quais as características dos estudantes.

Foi explicado que a maioria começa as aulas dedicados, motivados e assíduos, e ao longo dos meses, suas notas nas avaliações tendem a piorar. O gestor informou ainda que

incentiva a todos os alunos a tirar boas notas, incluindo-os em projetos, estimulando assim o estudo.

Pode-se observar que os estudantes da escola em estudo poderiam manter-se motivados ao longo de todo o ano letivo se houvesse mais incentivo à política educativa de assistência estudantil, esta que é eficaz no âmbito da melhora do rendimento escolar, contribuindo para que os mesmos obtenham sucesso em suas trajetórias, reduzindo assim a evasão escolar.

Quando indagado o gestor sobre o que mais impacta na evasão escolar do aluno, ele explicou que a assiduidade e a pontualidade são considerados como problema, visto que a falta de flexibilidade quanto ao limite de horário para entrada, que inclui a dificuldade de locomoção, visto que muitos moram longe da escola, e não conseguem chegar a tempo. Assim, voltam pra casa e acabam desistindo de voltar a estudar.

A afirmação que a política educativa contribui para a diminuição da evasão escolar foi avaliada de forma positiva.

Percebe-se a partir desses resultados que as políticas educacionais são importantes influenciadoras para a promoção da igualdade de oportunidades para esses alunos, principalmente no que se refere á transporte e segurança.

Destaca-se que enquanto no ano de 2019, a taxa de evasão foi de 15,71%, e em 2020, em virtude da pandemia daCovid-19, esse número quase triplicou, indo para uma média de 43%.

O questionário foi finalizado com indagações ao gestor sobre sua opinião quanto ao que poderia melhorar para atenuar a evasão dos alunos em sua escola. Na abordagem sobre o que eles poderiam opinar para reduzir as taxas de evasão, apresentamos a transcrição das respostas do gestor escolar:

Uma atenção individualizada, vendo caso a caso.

Na minha opinião o deslocamento. Que acaba sendo perigoso para os alunos em questão de assalto e etc. Sendo que todos os portões deveriam ser acessíveis.

Na minha gestão escolar vejo que tudo funciona muito bem, todos fazem um ótimo trabalho, mas a Secretaria de Educação talvez puderem fazer uma visita a alguns alunos que declaram ser muito necessitados, seria uma forma de realmente ver como o aluno vive e o lugar que ele mora.

Disponibilizar um calendário (virtual), para saber quando haverá aula (ead covid-19) e quando estaremos liberados em determinado dia.

Ter mais disponibilidade de mudança de turno caso o aluno não se adéque no horário de aula atual.

Atualmente os alunosdevem se deslocar pelas ruas do entorno, o que torna o

percurso mais longo e extremamente inseguro. Outro ponto de destaque apontado pelo gestor, foi a questão da flexibilidade do horário de estudo, se adequando mais ainda ao perfil e disponibilidade de cada um.

Em outro questionamento solicitamos sugestões de outros benefícios necessários para mantê-los na escola. Seguem as respostas:

Mais oportunidades, para que os alunos não cheguem à desistência de tentar um futuro melhor. Como mais apoio aos estudantes de baixa renda.

Apoio psicológico.

É de extrema importância que o auxílio atenda mais as necessidades dos alunos, fora isso acho que já está tudo muito bem encaminhado.

Maior diálogo com os coordenadores pedagógicos.

Analisando as respostas do gestor, verificou-se questões como transporte e apoio psicológico. O gestor da escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante junto com a sua equipe de funcionários vem usando algumas políticas públicas que existem na escola tais como: O projeto Amigos da leitura, Peteca, horta e outros.

Diante da situação da pandemia COVID-19 não foi possível alcançar os objetivos tanto o geral quanto específico, pois os anos de 2020 e 2021 a escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante localizada em Pacatuba-CE passou boa parte do período letivos fechada assim como todas outras escolas no país; isso dificultou bastante a realização desse trabalho pois boa parte da elaboração foi feita de forma à distância por meios eletrônicos (Email e Whatsapp).

CONCLUSÃO

A evasão escolar acontece de forma crescente no Brasil, e é um dos maiores problemas enfrentados pela educação na atualidade. A partir do momento que o aluno deixa de frequentar a escola, o mesmo está submetido a enfrentar diversas consequências, tanto pessoais, quanto sociais.

O termo evasão escolar é conceituado como sendo o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. Trata-se de uma verdadeira ameaça à realidade educacional de muitos países do mundo, sendo o Brasil um dos campeões desta situação negativa e vergonhosa.

A maior taxa de evasão escolar está associada às necessidades das crianças e adolescentes ajudarem financeiramente a família e começando a trabalhar precocemente, dessa forma contribui com que cresça cada vez mais a quantidade de crianças e adolescentes fora da escola.

A evasão escolar não é um problema que surgiu atualmente, pois sabemos que há séculos esse tema é discutido e bastante preocupante no meio educacional e social, vemos todos os dias nos noticiários os inúmeros casos de jovens envolvidos no mundo da criminalidade e da violência, esses mesmos que não tiveram acesso à educação, que deixaram por algum motivo de frequentar a escola, e por isso de uma maneira ou de outra acabaram sendo vítimas de consequências drásticas.

Assim, de acordo com o que pode ser analisado com este estudo, as entrevistadas da escola objeto de pesquisa entendem o que é o tema evasão escolar, buscam conversar com os alunos sobre o assunto, ir atrás da família dos mesmos quando algo está errado, visando sempre manter a escola como um local seguro e interativo para eles.

Dessa forma, é possível concluir que existe ainda muita necessidade de implantação de instrumentos e currículos e programas voltados para que a política educacional adotada pela unidade escolar em questão venha a ser inclusiva.

Em relação ao papel do gestor na evasão escolar, é preciso que o mesmo tenha ciência e conhecimento pedagógico suficiente para vincular a teoria e a prática.

O sistema de gestão implantado nas escolas deve evoluir ainda mais, a ponto dos gestores conseguirem se inteirar mais dentro da realidade escolar, integrando os professores afim de que juntos eles possam identificar e trabalhar para amenizar os problemas sociais, resultando em uma melhor educação, diminuindo assim a taxa de evasão escolar.

É importante que a escola tenha um bom gestor para que haja resultados satisfatórios entre o corpo docente e discente da instituição de ensino, lembrando que a sociedade também tem sua parcela na participação de resultados positivos, uma vez que se tendo uma educação de qualidade, a sociedade se torna mais preparada e apta de resolver os possíveis problemas que possam vir a surgir.

Por fim, entende-se que a maior parte dos problemas educacionais sejam resultado da falta de compreensão com os problemas sociais, fazendo da escola um local de ensino e de conciliação entre os aspectos fundamentais organizacionais, de liberdade, responsabilidade e autonomia, assim os alunos sentem mais vontade de estudar e não abandonem a escola.

Sugere-se que novas pesquisas sejam feitas a respeito dessa temática para que seja possível se aprofundar no assunto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. C de. Educação, política educacional e direito à educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”. **Educar em Revista do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná**. N. 39, pp. 279-292. Ano de 2011, meses de janeiro, abril. Recuperado a partir de: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/15800/14128>. Acesso em: set. 2020.

AZEVEDO, F. V. M. **Causas e Consequências da Evasão Escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Espedito Alves”– Angicos/ Rio Grande do Norte**. Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/artigo_13.pdf Acesso em: set. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Diagnóstico da Situação Educacional de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/jovens_adultos.pdf. Acesso em: set. 2020.

CHARLOT, B. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 97, p. 47-63. 2000.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. Evasão do curso de química da universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Revista Química**. Nova, Vol. 24, No. 1, 262-280, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

DORE, R.; LUSCHER, A. Z Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad. Pesqui.** [online]. Minas Gerais,v.41, n.144, p.770-789, 2011.

FINN, J. D. Withdrawing from school. **Review of Educational Research**, v.59, n.2, p.117-142, 1989.

FORMOSINHO, J. **A igualdade em educação.** In: PIRES, E. L.; FERNANDES, A. S.; FORMOSINHO, J. A construção social da educação escolar, 2a ed., p. 169-186, Rio Tinto: Edições Asa, 1998.

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** Brasília, DF, 2005. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Brasília. 2005.

HOLANDA, J. O desafio é ser atraente. **Revista Ensino Superior**, v.100, p. 28-32, 2007.

LOPES, M. G. L. D. **O Insucesso Escolar em Adolescentes e em Crianças oriundas de Famílias Multiproblemáticas.** Universidade do Mindelo [Monografia], Mindelo, julho/2013.

MARTINS, E. B. C. **Perspectivas do serviço social no âmbito da política de educação.** São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação:** introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 2005.

NÍTOLO, M. Evasão alarmante afeta cursos superiores: nas faculdades quase metade dos estudantes desiste da área escolhida. **Revista problemas Brasileiros**. N.385, SESCSP, ano 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar:** Para se pensar na inclusão escolar. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>. Acesso em: set. 2020.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio:** o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – Paraná, v. 2, n. 51, p: 322-8, 2010.

SALIBA, O., et al. Notificação da violência doméstica. **Rev Saúde Públicav.** 41, n. 3, p. 472-477, 2007.

SEABRA, T. **Desigualdades escolares e desigualdades sociais.** Janeiro, de 2009.

SILVA FILHO, R. L. L., et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2012.

SILVA FILHO, R. L. L., et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

TORRES, M. C. N. **Direito à educação:** a evasão escolar causada pelo trabalho infantil. Monografia (Direito) apresentada ao curso de especialização da FEMPAR como requisito parcial para obtenção de Título de Pós-graduação em Direito. Curitiba, Paraná, 2010. Disponível em:

http://www.femparpr.org.br/monografias/upload_monografias/Marcia%20Cristina%20Nogueira%20Torres.pdf Acesso em: set. 2020.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação Concepção Dialética, Libertadora do Processo de Avaliação Escolar.** São Paulo: Libertad, 2000.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. **Evasão nos cursos de graduação da**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – Um processo de exclusão. Versão impressa. 2002.

VIADERO, D. The Dropout dilemma: Research hindered by lack of uniform way to count students who quit school. **Education Week**, v.20, n.21, p.26-29, 2001.

WANDERLEY, J. A. **Negociação total**: encontrando soluções, vencendo resistências, obtendo resultados. São Paulo: Editora Gente, 1998.